

# Depois de muita confusão, a Constituinte está aprovada

Janio de Freitas

## Prioridade do Presidente

A apressada viagem do presidente Sarney a Recife, para encontrar-se ontem com os governadores do Nordeste, foi a primeira reação presidencial contra a direta em 86 e dá bem a medida da preocupação que o tema provoca no Planalto.

A irritação dos governadores nordestinos com o governo federal ficou patente nas palavras de Roberto Magalhães e Luis Gonzaga Mota. Esta metragem pública dos sentimentos nem de longe reflete, no entanto, a verdadeira carga de exaltação daqueles governadores — peças decisivas para a liquidação do regime passado e a vitória de Tancredo Neves.

O Nordeste ouviu que seria a prioridade número um do novo regime. E seus governantes, em particular, souberam que o novo Presidente pretendia governar, muito mais do que com os parlamentares, com o apoio mobilizado pelos governadores da Aliança Democrática. Era a hora do Nordeste. Enfim.

Também nordestino, o substituto de Tancredo acrescentava, assim, outra razão de esperança para o Nordeste. Tanto mais que adotava por inteiro os planos conhecidos de Tancredo. Passados oito meses, porém, os governadores não precisavam mais comprovações de que a prioridade ao Nordeste servia para engordar muitos discursos presidenciais, mas os cofres e barrigas nordestinos continuavam na mesma. E, à vista dos resultados eleitorais em que quase todos colheram derrotas, resolveram reativar sua unidade, em reunião nesta semana, para defesa dos compromissos não cumpridos pelo Planalto e a correspondente definição política.

Tão logo informado da reunião, o presidente Sarney movimentou-se para impedi-la, recorrendo à proposta de um encontro seu com os governadores. Na maleta de viagem, nova carga de promessas: cinco vezes mais ajuda ao Nordeste, em 86; estudo imediato, sob supervisão presidencial, das reivindicações mais prementes dos governadores — em

suma, aquelas coisas que compunham o compromisso reduzido a "slogan": prioridade ao Nordeste.

Governadores nordestinos, sabe-se, são tolerantes. Ou o Nordeste não seria o que é. Mas para quem mal acaba de perder uma eleição e já vê outra pela frente, a tolerância vige por prazos menores. De sorte que os efeitos da nova carga de promessas presidenciais, ou agora se mostram um pouco, perspectiva da qual não se recolhem indicações concretas no governo, ou será outra vez dos governadores nordestinos o impulso decisivo para uma virada política.

Ao que se indica até agora, entre eles a posição contra a direta em 86 é minoritária.

### Lisura

Quando o ministro Aluizio Alves denunciou uma hipótese de fraude contra o PMDB, em Natal, o deputado Ulysses Guimarães assumiu pronta e enérgica defesa da lisura eleitoral. Dele não se ouviu, no entanto, uma só palavra contra as fraudes em Goiânia, Camaçari e Curitiba, todas em benefício do PMDB. Se Ulysses não estivesse tão ocupado, como é presumível que esteja, daria para pensar que não é contrário à fraude em si, mas à fraude que não beneficie o PMDB.

Cá entre nós, se as fraudes não fossem contra o PT e o PDT, mas a favor deles, os meios de comunicação já nos teriam ensurdecido. Por objetividade e independência na informação.

### Como em tudo

O presidente do Banco Central que tenha paciência, mas não houve, como disse, "má interpretação" dos reportagens que noticiaram a decisão do governo de não pagar as dívidas do Comind, Auxiliar e Maionnave junto a bancos estrangeiros.

Fernão Bracher anunciou a medida, os bancos estrangeiros reagiram para salvar os seus 455 milhões de dólares mal aplicados, e o governo recuou. Para não fugir à sua regra.

Da Sucursal de Brasília



Depois de quatro dias de muita confusão, o Senado precisou de apenas 48 minutos para confirmar, exatamente às 15h35 de ontem, com os votos favoráveis dos 55 senadores presentes, a convocação do Congresso constituinte, que se instalará a 1º de janeiro de 1987 e não terá prazo para terminar o seu trabalho de elaboração da nova Constituição do País.

Desfeito o nó principal, ficaram, entretanto, as dúvidas de senadores, deputados e até juristas quanto à forma como será feita a legislação ordinária, durante o período de funcionamento da Constituinte, uma vez que a emenda convocatória aprovada eliminou a frase que explicitava que Constituinte, Câmara, Senado e Congresso funcionariam simultaneamente. (ver reportagem abaixo).

A confusão que se instalou no Congresso desde segunda-feira, quando os parlamentares retornaram a Brasília, depois das eleições, invadiu a madrugada: o debate e a votação da Constituinte chegaram a ser formalmente encerrados, com a sua aprovação, em segundo turno, pela Câmara e pelo Senado. Acontece que, no Senado, a proposta recebeu 46 votos a favor, o mínimo necessário para aprovação (dois terços do número total de 69 senadores, por se tratar de emenda constitucional). Mas os deputados José Genoíno (PT-SP) e Nadyr Rossetti (PDT-RS) descobriram que o voto, a favor da emenda, do senador Saldanha Derzi (PMDB-MS) fora fraudado.

Comprovada a fraude, a votação foi anulada e foi convocada nova sessão para a tarde de sexta-feira (antes, a Câmara aprovava a convocação, em segundo turno, por 324 votos a favor, 59 contra e duas abstenções).

O risco de que não houvesse quórum para a instalação da sessão ou para a aprovação da emenda levou a várias negociações e a um apelo direto do presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, para que o presidente José Sarney não levasse parlamentar algum em sua viagem ao Nordeste.



sessão para a tarde de sexta-feira (antes, a Câmara aprovava a convocação, em segundo turno, por 324 votos a favor, 59 contra e duas abstenções).

O risco de que não houvesse quórum para a instalação da sessão ou para a aprovação da emenda levou a várias negociações e a um apelo direto do presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, para que o presidente José Sarney não levasse parlamentar algum em sua viagem ao Nordeste.

Leio no pág. 2 o editorial "Noção derivada"

## Voto de ausente anula a votação

Da Sucursal de Brasília

Ontem, às 3h25 da madrugada, o presidente do Congresso já havia proclamado a aprovação da emenda do governo com 46 votos no Senado, o quórum mínimo de dois terços para aprovação da matéria, quando o líder do PDT na Câmara, Nadyr Rossetti (RS), 48, se dirigiu a ele e acusou, ao seu ouvido, a contagem, a favor da proposta do governo, do voto do senador Saldanha Derzi (PMDB-MS), ausente. Com a constatação da ausência de Derzi, José Fragelli considerou seu voto nulo e teve de convocar o Congresso para nova votação.

Vários parlamentares protestaram contra a decisão, por considerarem a matéria preclusa (vencida) em razão de já ter sido feito o anúncio oficial do resultado.

Encerrada a sessão, com falta de quórum para a votação da segunda matéria em pauta — a reforma tributária — e demonstrando cansaço, José Fragelli defendeu-se dos que o acusavam de ter agido mal, e contra o governo do qual seu partido faz parte.

O senador Saldanha Derzi, foi encontrado, às 3h10 da madrugada de ontem, no apartamento 510, do Rio Palace Hotel, no Rio de Janeiro.

## "Pianistas" foram flagrados em junho

Banco de Dados

Na noite de 13 de junho último, repórteres fotográficos credenciados na Câmara flagraram repetidas vezes uma prática até então jamais documentada: o ato de parlamentares votarem duas vezes, acionando os botões de votação de sua mesa e da de um colega ausente. Na pauta estava o projeto de eleições municipais em 2 turnos, que foi derrotado.

No mínimo sete deputados ("pianistas") praticaram a fraude: Homero Santos (PFL-MG), Ronan Tito (PMDB-MG), Fernando Bastos (PFL-SC), Albino Coimbra (PDS-MG), Irupuan Costa Júnior (PMDB-GO), Paulo Borges (PMDB-GO) e Juarez Bernardes (PMDB-GO). A Mesa da Câmara e a Comissão de Justiça da Casa não anularam a votação. Puniram os parlamentares com uma advertência

Informou ter viajado às 18h30 da quinta-feira ao Rio, pois no dia seguinte (ontem), seguiria para Bruxelas, na Bélgica.

## Uma batalha que teve de tudo

Da Sucursal de Brasília

O Congresso Nacional teve, na quinta-feira, uma sessão tumultuada que culminou, na madrugada da sexta, com a anulação dos votos do Senado que aprovavam a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. A batalha da obstrução, finalmente vencida pelo governo no dia seguinte, teve de tudo: peemedebistas fiéis à orientação oficial e parlamentares do PFL contrários. Os petistas denunciando fraude na eleição de Goiânia e mafistas acusando manobras do governo para baixar os preços das ações da Petrobrás.

O Senado, considerado uma Casa menos imprevisível que a Câmara, quase pôe a perder o trabalho das lideranças da Aliança Democrática. Insatisfeitos com a exclusão da expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais" no texto constitucional, que resguardaria o mandato de oito anos aos eleitos em 1982, fez com que os senadores se retirassem, às 18h, impedindo a votação.

### Cardoso

O líder do governo no Congresso, Fernando Henrique Cardoso, 54, que atuou como negociador junto aos seus

companheiros descontentes, lançou sua candidatura para sua reeleição ao Senado por São Paulo. Perguntado se havia possibilidade de tornar-se ministro das Relações Exteriores, na vaga de Olavo Setúbal, que se candidatara pelo PFL ao governo de São Paulo, o senador afirmou que "minha intenção é disputar uma vaga no Senado. Nada de ministérios". Cardoso previa ainda que, caso a emenda não fosse aprovada, surgiria uma nova campanha pelas diretas-já.

A desconfiança de alguns parlamentares, sobre os objetivos do deputado Ulysses Guimarães, também ajudou a aumentar a confusão. Itamar Franco (PMDB-MG), Carlos Chiarelli (PFL-RS) e Marcondes Gadelha (PFL-PB), diziam que o presidente do PMDB pretende a extinção do sistema bicameral com o intuito de permanecer na vice-presidência da República.

José Genoíno, líder em exercício do PT, e Nadyr Rossetti, líder do PDT, comandavam as obstruções, valendo-se do emaranhado do regimento. O líder do PTB, Gastone Righi, chegou a sugerir a exclusão dos ministros da obrigatoriedade de se desincompatibilizar. (LR)

## Sarney enviou proposta em junho

Da Redação da Folha

O presidente José Sarney assinou a proposta original de emenda constitucional para convocar a Assembleia Constituinte em 28 de junho último, no Palácio do Planalto. A proposta previa que a Câmara e o Senado funcionassem como Assembleia Constituinte a partir de 31 de janeiro de 1987, devendo promulgar a nova Constituição na primeira sessão legislativa da 48ª legislatura.

Em 8 de agosto foi instalada, no Congresso, uma comissão mista para apreciar a emenda Sarney, sendo eleitos presidente o senador Helvídio Nunes (PDS-PI) e relator o deputado federal Flávio Bierrenbach (PMDB-SP).

Em seu parecer, apresentado a 16 de outubro, Bierrenbach propôs substitutivo segundo o qual um plebiscito a 2 de março de 1986 decidiria se haveria a convocação de uma Constituinte independente para elaborar a nova Carta ou se o Congresso seria transformado em Constituinte. Ao parecer de Bierrenbach se opuseram

as lideranças do PMDB, PFL e PDS, tendo Bierrenbach sido afastado do cargo de relator, com aprovação do substitutivo do vice-líder do PMDB na Câmara, Valmor Gianarina (PR).

O substitutivo Gianarina alterava a emenda Sarney em apenas dois pontos: ampliava a anistia aprovada em 1979 e ampliava, para entre seis e nove meses, o prazo para desincompatibilização dos ocupantes de cargos executivos que quisessem se candidatar nas eleições de novembro de 86. Entretanto, o deputado Jorge Uequed (PMDB-RS) apresentou subemenda que ampliava ainda mais a anistia, estendendo-a aos militares cassados desde 1964. A subemenda de Uequed se opuseram os ministros militares, o presidente Sarney e a liderança do PMDB, o que levou à rejeição na Câmara, em 24 de outubro, do destaque pedido para a proposta. Diante disso — e embora o substitutivo Gianarina estivesse aprovado em primeiro turno —, não houve o segundo turno da votação. Com isso, a votação final foi adiada para depois das eleições de 15 de novembro.

## Para Sarney, promessa com País foi resgatada

Do enviado especial a Aracaju

O presidente José Sarney disse ontem que a aprovação da emenda convocando a Assembleia Nacional Constituinte é um avanço para o País. "Resgatamos para o povo brasileiro a grande promessa que tínhamos, de convocar uma Constituinte livre e soberana para confirmar institucionalmente a 'Nova República'", declarou Sarney. Ele visitou Aracaju (SE) pela manhã, antes de viajar para Recife, onde inaugurou a fábrica de cimento Sergipe S/A (Cimesa), do grupo Votorantim e assinou o protocolo de construção do porto de Aracaju.

Sarney chegou a capital de Sergipe às 9h, acompanhado de seis ministros e do prefeito eleito de Aracaju, Jackson Barreto (PMDB). Os senadores Albano Franco e Lourival Batista, do PDS sergipano, que integrariam a comitiva presidencial, ficaram em Brasília, a pedido de Sarney para a votação da emenda da Constituinte.

## O texto que convoca a ANC

Esta é a íntegra da emenda constitucional que convoca a Constituinte:

"Redação do vencido, para o segundo turno, da Proposta de emenda à Constituição n.º 43, de 1985.

"Convoca Assembleia Nacional Constituinte e dá outras providências.

"As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

"Art. 1.º — Os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal reunir-se-ão, unicameralmente, em Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana, no dia 1.º de fevereiro de 1987, na sede do Congresso Nacional.

"Art. 2.º — O presidente do Supremo Tribunal Federal instalará a Assembleia Nacional Constituinte e dirigirá a sessão de eleição do seu presidente.

"Art. 3.º — A Constituição será promulgada depois da aprovação de seu texto, em dois turnos de discussão e votação, pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Nacional Constituinte.

"Art. 4.º — É concedida anistia a todos os servidores públicos civis da administração direta e indireta e militares, punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares.

"§ 1.º — É concedida, igualmente, anistia aos autores de crimes políticos ou conexos, e aos dirigentes e representantes de organizações sindicais e estudantis, bem como aos servidores civis ou empregados que hajam sido demitidos ou dispensados por motivação exclusivamente política com base em outros diplomas legais.

"§ 2.º — A anistia abrange os que foram punidos ou processados pelos atos imputáveis previstos no 'caput' deste artigo, praticados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

"§ 3.º — Aos servidores civis e militares serão concedidas as promoções, na aposentadoria ou na reserva, ao cargo, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade, previstos nas leis e regulamentos vigentes.

"§ 4.º — A administração pública, a sua exclusiva iniciativa, competência e critério, poderá readmitir ou reverter ao serviço ativo o servidor público anistiado.

"§ 5.º — O disposto no 'caput' deste artigo somente gera efeitos financeiros a partir da promulgação da presente emenda, vedada a remuneração de qualquer espécie, em caráter retroativo.

"§ 6.º — Excluem-se das presentes disposições os servidores civis ou militares que já se encontravam aposentados, na reserva ou reformados, quando atingidos pelas medidas constantes do 'caput' deste artigo.

"§ 7.º — Os dependentes dos servidores civis e militares abrangidos pelas disposições deste artigo já falecidos terão jus às vantagens pecuniárias da pensão correspondente ao cargo, função, emprego, posto ou graduação que teria sido assegurado a cada beneficiário da anistia, até a data de sua morte, observada a legislação específica.

"§ 8.º — A administração pública aplicará as disposições deste artigo, respeitadas as características e peculiaridades próprias das carreiras dos servidores públicos civis e militares, e observados os respectivos regimes jurídicos.

"Art. 5.º — A alínea 'c' do § 1.º do art. 151 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

"c) a inelegibilidade do titular efetivo ou interino de cargo ou função cujo exercício possa influir para perturbar a normalidade ou tornar duvidosa a legitimidade das eleições, salvo se se afastar definitivamente de um ou de outro no prazo estabelecido em lei, o que não será maior de nove meses, nem menor de dois meses, anteriores ao pleito, exceto aos seguintes, para os quais fica assim estipulado:

"1) Governador e Prefeito — seis meses;

"2) Ministro de Estado, secretário de Estado, presidente, diretor, superintendente de órgão da administração pública direta ou indireta, incluídas as fundações e sociedades de economia mista — nove meses; quando candidato a cargo municipal — quatro meses;

"3) ocupante de cargo previsto no número anterior, se já titular de mandato eletivo — seis meses;"

"§ 9.º — O presente artigo entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

"§ 10.º — O presente artigo não se aplica aos servidores públicos civis e militares que tenham sido punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares, praticados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

"§ 11.º — O presente artigo não se aplica aos servidores públicos civis e militares que tenham sido punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares, praticados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

"§ 12.º — O presente artigo não se aplica aos servidores públicos civis e militares que tenham sido punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares, praticados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

"§ 13.º — O presente artigo não se aplica aos servidores públicos civis e militares que tenham sido punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares, praticados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

"§ 14.º — O presente artigo não se aplica aos servidores públicos civis e militares que tenham sido punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares, praticados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

"§ 15.º — O presente artigo não se aplica aos servidores públicos civis e militares que tenham sido punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares, praticados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

"§ 16.º — O presente artigo não se aplica aos servidores públicos civis e militares que tenham sido punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares, praticados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

"§ 17.º — O presente artigo não se aplica aos servidores públicos civis e militares que tenham sido punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares, praticados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade, previstos nas leis e regulamentos vigentes.

"§ 4.º — A administração pública, a sua exclusiva iniciativa, competência e critério, poderá readmitir ou reverter ao serviço ativo o servidor público anistiado.

"§ 5.º — O disposto no 'caput' deste artigo somente gera efeitos financeiros a partir da promulgação da presente emenda, vedada a remuneração de qualquer espécie, em caráter retroativo.

"§ 6.º — Excluem-se das presentes disposições os servidores civis ou militares que já se encontravam aposentados, na reserva ou reformados, quando atingidos pelas medidas constantes do 'caput' deste artigo.

"§ 7.º — Os dependentes dos servidores civis e militares abrangidos pelas disposições deste artigo já falecidos terão jus às vantagens pecuniárias da pensão correspondente ao cargo, função, emprego, posto ou graduação que teria sido assegurado a cada beneficiário da anistia, até a data de sua morte, observada a legislação específica.

"§ 8.º — A administração pública aplicará as disposições deste artigo, respeitadas as características e peculiaridades próprias das carreiras dos servidores públicos civis e militares, e observados os respectivos regimes jurídicos.

"Art. 5.º — A alínea 'c' do § 1.º do art. 151 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

"c) a inelegibilidade do titular efetivo ou interino de cargo ou função cujo exercício possa influir para perturbar a normalidade ou tornar duvidosa a legitimidade das eleições, salvo se se afastar definitivamente de um ou de outro no prazo estabelecido em lei, o que não será maior de nove meses, nem menor de dois meses, anteriores ao pleito, exceto aos seguintes, para os quais fica assim estipulado:

"1) Governador e Prefeito — seis meses;

"2) Ministro de Estado, secretário de Estado, presidente, diretor, superintendente de órgão da administração pública direta ou indireta, incluídas as fundações e sociedades de economia mista — nove meses; quando candidato a cargo municipal — quatro meses;

"3) ocupante de cargo previsto no número anterior, se já titular de mandato eletivo — seis meses;"

"§ 9.º — O presente artigo entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

"§ 10.º — O presente artigo não se aplica aos servidores públicos civis e militares que tenham sido punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares, praticados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

"§ 11.º — O presente artigo não se aplica aos servidores públicos civis e militares que tenham sido punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares, praticados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

"§ 12.º — O presente artigo não se aplica aos servidores públicos civis e militares que tenham sido punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares, praticados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

"§ 13.º — O presente artigo não se aplica aos servidores públicos civis e militares que tenham sido punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares, praticados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

"§ 14.º — O presente artigo não se aplica aos servidores públicos civis e militares que tenham sido punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares, praticados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

"§ 15.º — O presente artigo não se aplica aos servidores públicos civis e militares que tenham sido punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares, praticados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

"§ 16.º — O presente artigo não se aplica aos servidores públicos civis e militares que tenham sido punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares, praticados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

"§ 17.º — O presente artigo não se aplica aos servidores públicos civis e militares que tenham sido punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares, praticados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

"§ 18.º — O presente artigo não se aplica aos servidores públicos civis e militares que tenham sido punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares, praticados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

"§ 19.º — O presente artigo não se aplica aos servidores públicos civis e militares que tenham sido punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares, praticados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

"§ 20.º — O presente artigo não se aplica aos servidores públicos civis e militares que tenham sido punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares, praticados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

"§ 21.º — O presente artigo não se aplica aos servidores públicos civis e militares que tenham sido punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares, praticados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

"§ 22.º — O presente artigo não se aplica aos servidores públicos civis e militares que tenham sido punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares, praticados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

"§ 23.º — O presente artigo não se aplica aos servidores públicos civis e militares que tenham sido punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares, praticados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

## Presidente analisa eleições com os dirigentes do PFL

Do Enviado Especial a Aracaju

O presidente José Sarney reúne-se hoje no sítio do Pericumã, em Brasília, com os principais dirigentes do Partido da Frente Liberal, para analisar os resultados da eleição do último dia 15. O encontro foi acertado ontem, entre Sarney e os ministros Aureliano Chaves (das Minas e Energias) e Marco Maciel (da Educação), durante a viagem do Presidente de Brasília para Aracaju.

Durante a conversa com os dois ministros, o Presidente mostrou-se interessado em manter o equilíbrio da Aliança Democrática — integrada pelo PMDB e pelo PFL —, conside-

rando isso importante para o sucesso de seu governo. Ao desembarcar na capital de Sergipe, Sarney conversou sobre o assunto com o governador João Alves, parabenizando-o pela vitoriosa experiência da Aliança Democrática no Estado. A assessoria do presidente Sarney fez questão de registrar que sua primeira viagem após as eleições municipais privilegiou justamente o Estado em que PMDB e PFL demonstraram maior unidade.

Sarney demonstrou sua aprovação à coligação PMDB-PFL declarando que "o povo de Sergipe votou na Aliança Democrática e deu um exemplo para todo o País".

## Ulysses rejeita idéia do bloco e diz que é preciso fortalecer partidos

Do enviado especial a Brasília

O presidente da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, 69, falou ontem a ideia de seu correligionário, Roberto Cardoso Alves, de criar um bloco parlamentar suprapartidário de apoio ao presidente José Sarney: "O Presidente precisa de apoio orgânico. É preciso prestigiar os partidos, porque partidos fortes significam democracia forte".

Ulysses aproveitou para reagir também à afirmação de Cardoso Alves, secretário-geral nacional do PMDB, de que o bloco desejado visa a eliminar a tutela que, supostamente, o presidente da Câmara exerce sobre Sarney: "O Sarney não é homem de aceitar tutela alguma. E admitir que eu pudesse exercê-la seria negar todo o entendimento que tenho da vida pública".

As afirmações de Ulysses esvaziaram um pouco o balão que Cardoso Alves está tentando inflar, mas não foram os únicos contratempos conhecidos ontem pela articulação em torno do "bloco sarneyista", como o secretário-geral do PMDB o define. Até no PFL — partido do qual se nutriria o eventual bloco, ao lado dos moderados do PMDB, dos janistas do PTB e de alguns pedesistas — a ideia não é vista com entusiasmo. "Não tem muita sustentação. Se os partidos já não estão lá essas coisas, imagine um bloco", diz o deputado Jayme Santana (PFL-MA), 42, um dos mais íntimos amigos do presidente Sarney.

O bloco pode murchar de vez na próxima semana: Acontece que já está convocada uma reunião entre as

lideranças do PMDB e do PFL, principais parceiros na Aliança Democrática, para analisar a situação à luz dos resultados eleitorais. Ulysses acha que é a hora de "cicatrizar as feridas. Só mendigo não quer fechar as feridas, porque, uma vez cicatrizadas, não ganha mais esmolas".

Em tese, estão todos de acordo em fechar as feridas abertas pela batalha eleitoral, mas, na prática, consolidada-se a impressão de que o único cimento que mantém a Aliança é o interesse em torno dos cargos públicos federais, do primeiro ao último escalão possível. Com isso, não há grande vontade em abrir espaço no governo para novos interessados em posições, como seria necessário se nascesse o bloco desejado por Cardoso Alves.

O que pode mudar o quadro é a hipótese de um racha no PMDB, sempre presente e sempre dada como inevitável, até por peemedebistas como o paulista Flávio Bierrenbach, 46. Bierrenbach, aliás, é um dos críticos do bloco pretendido por Cardoso Alves: "O que ele quer, na verdade, é recriar o PP, o último partido clandestino do Brasil", referindo-se ao extinto Partido Popular, efêmera criação de Tancredo Neves para aglutinar as correntes conservadoras e que acabou fundindo-se com o PMDB. (CR)

## QUANTOS FORAM AO PLENÁRIO ONTEM

PRESENTES	AUSENTES
55	Senado 14
384	Câmara 93
PRESENTES	AUSENTES
19	Assembleia Legislativa 63
Câmara Municipal	Não tem sessão às sextas-feiras

## SÃO PAULO NO CONGRESSO

A votação mais importante no Congresso, esta semana, foi a de aprovação da emenda de convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Não divulgamos hoje o posicionamento dos parlamentares paulistas em relação à Constituinte porque a Secretaria de Atas do Congresso ainda não concluiu o ordenamento das listas de oito votações (do substituto e os destaques). A Folha divulgará a posição dos parlamentares paulistas na próxima semana.